



Encontro Internacional sobre Gestão  
Empresarial e Meio Ambiente

## **A QUESTÃO AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO: PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES DE CURSO EM MOSSORÓ/RN**

**ROBERTO PORFÍRIO DE SOUSA OLIVEIRA**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
rporfirio19@gmail.com

**LILIAN CAPORLINGUA GIESTA**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
ligiesta@gmail.com

**ANA PAULA DE SOUSA ENÉAS**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
yanlapaula@hotmail.com

**LIVIA NASCIMENTO RABELO**

Ufersa  
lih\_nascimento14@hotmail.com

**DJANILTON ALVES DE FRANÇA**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
djanilton.f@gmail.com

# **A QUESTÃO AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO: PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES DE CURSO EM MOSSORÓ/RN**

## **INTRODUÇÃO**

Com a intensificação do crescimento econômico e populacional, a discussão em decorrência dos problemas ambientais vem ocorrendo de maneira acentuada. Fatores oriundos da escassez dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, por exemplo, têm provocado na sociedade atual o pensar mais consciente diante da emergência planetária.

O aumento da abordagem sobre os problemas ambientais deve-se a uma maior divulgação de pesquisas e informações que tratam a preocupação ambiental como um importante tema a ser estudado. Tais preocupações estão diretamente ligadas aos meios acadêmicos e organizacionais, deixando de ser apenas do interesse de ambientalistas e ganhando espaço de debates entre sociedade, governo e organizações.

Os autores Filho e Melo (2011, p. 87), afirmam que: “a temática ambiental tem sido objeto de eventos nacionais e internacionais e referência obrigatória nas campanhas políticas, além de contribuir para a expansão do mercado de atividades muito lucrativas”. Dessa forma, observa-se que o tratamento com as questões ambientais exige mudanças profundas, entre elas, novas concepções de ver o mundo e natureza, tendo por base a formação de novos valores e novas atitudes.

Nesse contexto, a educação desempenha um papel central capaz de formar cidadãos críticos que assumam uma posição transformadora, a fim de beneficiar a conscientização no processo de reversão da degradação ambiental, visando promover a transformação dessa realidade levando em consideração aspectos ecológicos, políticos, econômicos, culturais e sociais. Portanto, a educação ambiental auxilia no debate sobre a incorporação da temática ambiental e se coloca como um dos elementos fundamentais contra a crise ambiental atual.

Desse modo, em um dos mais variados espaços que o termo educação ambiental merece destaque, chama-se atenção ao contexto organizacional, visto que as empresas relacionam-se com o meio ambiente através de suas atividades. Então, para uma empresa que deseja portar-se ambientalmente correta, esta deve adotar um novo modelo de desenvolvimento que esteja ligado profundamente ao componente ambiental (RODRIGUES, 2011), o que implica em dar importância aos aspectos educativos de cunho ambiental.

A Política Nacional de Educação Ambiental, regida pela Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999, define o termo Educação Ambiental como:

processos por meio dos quais, o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Nesse sentido, faz-se necessário, repensar a importância de se trabalhar a Educação Ambiental em Instituições de Ensino Superior e aqui especificamente, em cursos de Administração, visto que é indispensável para a formação dos futuros administradores, disciplinas que no currículo acadêmico abordem a dimensão ambiental.

Assim sendo, o presente artigo tem por objetivo geral, analisar a educação ambiental (EA) em cursos presenciais de Administração em três cursos de Instituições de Ensino Superior (IES) de Mossoró/RN, tendo como objetivos específicos verificar pressupostos de EA nos projetos pedagógicos dos cursos (PPC's); identificar a posição de coordenadores

sobre a EA nos cursos pesquisados e, verificar a percepção dos professores sobre a EA nos cursos pesquisados.

Logo, a verificação das práticas realizadas no escopo dos cursos de Administração das IES poderá inserir reflexão acerca dos fazeres socioambientais na formação do administrador.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Um tema bastante discutido na sociedade contemporânea é a Educação Ambiental, pois as consequências relacionadas à devastação ambiental se alastram por todo planeta e podem ser percebidas por toda população. É importante destacar que essa temática tem grande aporte teórico em seu histórico, dessa forma, para alcançar o estágio em que essa se encontra, muitos eventos foram realizados e diversos estudos foram desenvolvidos (REIGOTA, 2006; DIAS, 2004).

Sendo assim, um breve resumo foi feito desses encontros, que discutiram a mudança dos padrões a partir da conscientização, por Andrade (2008, p. 10-11):

- Conferência de Estocolmo, 1972 – a educação ambiental foi reconhecida como elemento crítico no combate à crise ambiental;
- Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, realizado em Belgrado, 1975 – formulam-se princípios e orientações para um programa mundial de Educação Ambiental, que deveria ser contínua, multidisciplinar e integrada às diferenças regionais;
- Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros, realizada em Tbilisi, 1977 – entende-se que a Educação Ambiental deve promover a solução dos problemas ambientais e ter como objetivo a melhoria da qualidade de vida por meio de um enfoque interdisciplinar e de participação ativa dos indivíduos e da coletividade. No que diz respeito às universidades, acentuou-se a necessidade da EA para estudantes de todos os campos. Desta forma, a temática ambiental deixa de ser restrita às ciências técnicas e naturais, passando a ser também contemplada nas ciências sociais e artísticas, o que representou o reconhecimento das relações entre natureza, tecnologia e sociedade. A conferência considerou a universidade como centro de pesquisa e formação de pessoal qualificado, definindo que a educação ambiental nas escolas superiores deve ser diferente da educação tradicional, para isso, recomendou o desenvolvimento da pesquisa e a aplicação do enfoque interdisciplinar (em qualquer disciplina) nas correlações homem e a natureza;
- Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais, realizado em Moscou (1987) - estabeleceu estratégias da EA para a década de 1990. Quanto a Educação universitária propõe o desenvolvimento de sensibilização das autoridades acadêmicas sobre a temática ambiental, o desenvolvimento de programas de estudo na área, o treinamento de professores, e a cooperação institucional;
- Conferência do Rio (Rio-92) reconhece a necessidade de se erradicar o analfabetismo ambiental e estimular a capacitação de recursos humanos para a área ambiental. Reforça a necessidade do enfoque interdisciplinar, prioriza a educação para o desenvolvimento sustentável e a conscientização popular, promove o treinamento.

O problema ambiental não se relaciona com o número de pessoas existentes no planeta que utilizam os recursos naturais para suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestimenta, entre outros. O consumo excessivo, o desperdício e a produção desnecessária são elementos importantes nesta dinâmica. Dessa forma, o “crescimento econômico” de um país encontra-se intimamente ligado a destruição ambiental, podendo ser facilmente percebido ao

se observar nações como os Estados Unidos e a China no topo dos países mais poluentes (REIGOTA, 2006).

Muitos sintomas de desequilíbrio ambiental podem ser visualizados no planeta, entre eles o efeito estufa, buraco na camada de ozônio, mudanças climáticas, derretimento das calotas polares, poluição de rios, mares, solo e ar, entre outros. Diante desse cenário, que avança a cada dia, a educação ambiental surgiu como uma oportunidade para minimização do problema. Sendo assim, esta pode ser entendida como um processo no qual a comunidade e os indivíduos adquirem consciência, conhecimentos, valores, habilidades, determinação e experiência sobre o meio ambiente, tornando-se aptos a resolver problemas presentes e futuros relacionados à questão ambiental, além de discutir o meio ambiente de forma adequada, prevenindo e modificando ações e comportamentos. É evidente que sozinha ela não resolverá todos os problemas ambientais, no entanto, ela pode radicalizar o modo de pensar e agir da população impedindo a avanço desse desgaste (REIGOTA, 2006; DIAS, 2004).

A educação ambiental tem uma série de objetivos interligados que a norteiam, sendo eles: 1) Conscientização: levar os indivíduos e os grupos sociais a terem consciência do meio ambiente e tornarem-se sensíveis aos seus problemas; 2) Conhecimento: levar os indivíduos e os grupos sociais a adquirirem experiências e compreensão global do meio ambiente e seus problemas; 3) Comportamento: levar os indivíduos e os grupos sociais a terem interesse pelo meio ambiente e sentirem necessidade de contribuir com sua proteção; 4) Habilidades: levar os indivíduos e grupos sociais a adquirir as habilidades necessárias para visualizar e ter ideias para resolver a problemática ambiental; 5) Participação: dar possibilidades aos indivíduos e grupos sociais de participarem de atividades que têm como objetivo a resolução de problemas ambientais (REIGOTA, 2006; DIAS, 2004).

Desde a Conferência de Tbilisi (1977), a educação ambiental deve estar presente em todas as instituições educativas. Sendo assim, o projeto pedagógico de qualquer escola ou universidade deve conter este tema. Esta, mesmo após ser bastante debatida não se tornou uma disciplina da grade escolar, pois sua abrangência deve ir além. O tema educação ambiental segundo o Conselho Federal de Educação deve permear todas as disciplinas, pois seu enfoque é interdisciplinar. Cada disciplina tem a sua contribuição nas atividades de educação ambiental, em uma espécie de “revolução pedagógica”. Além disso, a educação ambiental também deve ter participação de toda comunidade, sendo necessário sair das “quatro paredes” da sala de aula (PEDRINI, 1997).

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR

Com o avanço da ciência, da tecnologia e das mudanças no cenário econômico, político e social, para Silva e Haetinger (2012), o mundo do trabalho precisa cada vez mais de profissionais com visão empreendedora, competência especializada e habilidade diante das questões ambientais, que promovam práticas sustentáveis, com uso inteligente dos recursos naturais e que ajam com compromisso ético-ambiental.

Desde a Conferência de Tbilisi (1977) é entendido por todos que o principal agente nessa mudança é as IES (Instituições de Ensino Superior), que ao formar seus profissionais com a EA transversal e transdisciplinar, durante seus atos profissionais ou não os educados desenvolverão de maneira simples e espontânea o posicionamento crítico a respeito do meio ambiente e seus problemas. E as IES ainda possuem um grande poder em mãos, afinal são elas que repassam os conhecimentos para os demais níveis de educação formal (PEDRINI, 1997).

Este pensamento, de que se devem formar profissionais mais capacitados para lidar com as questões (neste caso, ambientais) através da Universidade, é compartilhado por vários países e instituições como vemos declarado pela UNESCO (2003, p. 185): “Não é possível

produzir uma transformação e crescimento sustentável sem uma educação superior inovadora”.

Desde 27 de abril de 1999, foi sancionada no Brasil a lei 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e dispõe sobre a Educação Ambiental. Nela está decretada que a EA deva ser disseminada tanto no Ensino Não-Formal quanto no Formal, este último o ensinado nas instituições de ensino. No artigo §1º do artigo 10 da PNEA, é dito que “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.”, isto é, a EA e a dimensão ambiental devem ser feitas e tratadas como uma prática educativa contínua no curso. Já os §2º e §3º do artigo 10 facultam a criação de disciplinas específicas nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental e nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, respectivamente (BRASIL, 1999).

É importante destacar que, apesar da EA ser um componente essencial na educação nacional, Silva e Haetinger (2012) constataram que o desafio do ensino superior está em como inserir e tratar a Educação Ambiental no seu currículo, colocá-la como uma das protagonistas na formação do futuro profissional e não um apêndice no seu desenvolvimento. Os autores acreditam que há uma fragilidade neste ponto, pois não existe uma diretriz que oriente a efetivação da Educação Ambiental no ensino superior, e por isso, há uma lacuna, por falta de orientação, estrutura e articulação. Apenas dizem que:

Para o ensino superior, a legislação observa que a temática da Educação Ambiental deve estar referenciada nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), não sendo necessariamente como uma disciplina, mas, para, além disso, que sejam proporcionados espaços de debate e atividades práticas, de modo envolvente e interdisciplinar, não ficando apenas na instância teórica, mas aplicar o conhecimento no campo real, averiguando e aperfeiçoando suas ações e analisando seus resultados. (SILVA; HAETINGER, 2012, p. 36).

Recorre-se ainda aos Programas Nacionais de Educação Ambiental (PRONEAs) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Ambiental, na busca para referenciar e por em práticas pedagógicas a lei 9795/1999 (GRINGS, 2009).

Diante de tais premissas, leis e regulamentos, a Universidade busca essa ‘sensibilização ambiental’ através “do ensino, da pesquisa e da extensão – também as relações humanas e a gestão ambiental do campus, porquanto um processo dinâmico de espaços educadores sustentáveis” (RUSCHEINSKY, 2014, p.102). Ou seja, a incorporação dos temas relacionados ao meio ambiente e sociedade é desenvolvido para transcender o conteúdo curricular. Ainda segundo Ruscheinsky (2014), no Brasil, a ruptura paradigmática para fazer políticas ambientais na universidade vem de longa data, porém os processos estratégicos internos das instituições e conflituosas discussões sobre valores que vão além do discurso e incidam na prática social se arrastam por décadas. Inclusive, Guerra e Figueiredo (2014, p. 149) citam as seguintes dimensões para a “ambientalização’ da universidade:

- dimensão abrangendo o currículo (disciplinas e projetos político- pedagógicos, concebidos na perspectiva do pensamento complexo, da inter e da transdisciplinaridade);
- dimensão da pesquisa, extensão e gestão ambiental do campus – definida por um compromisso institucional centrado em uma política ambiental –, que integre os diversos setores e atores da comunidade universitária (gestores administrativos, docentes, pesquisadores, discentes, funcionários);
- dimensão da participação cidadã em espaços e processos participativos e democráticos “que extrapolam o âmbito das atividades institucionais, estando no

nível das ações individuais ou de grupos dedicados às práticas sustentáveis, no próprio campus” (OLIVEIRA, 2006, p. 451)<sup>1</sup> ou para além de seus muros.

Em meio a essas dificuldades da inserção da EA, Thomaz (2006) afirma que as implicações sobre a promoção da Educação Ambiental, como disciplina ou desenvolvida de forma interdisciplinar no Ensino Superior, estão relacionadas à falta de um entendimento de maior abrangência sobre a operacionalização da EA, bem como ao fato de as temáticas transversais não terem sido convenientemente expostas e exploradas na teoria e na prática durante a formação inicial de professores.

Dessa forma, a presente pesquisa visa olhar como cursos de administração têm trabalhado e discutido essas questões.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho configura-se de natureza qualitativa que fez uso de procedimentos qualitativos de coleta de dados para fins descritivos. O estudo foi direcionado para os cursos de graduação presencial em Administração de três Instituições de Ensino Superior (IES) de Mossoró/RN, sendo uma Universidade Federal, uma Estadual e uma Faculdade.

Esse estudo contou com os seguintes procedimentos metodológicos: análise de documentos e entrevistas.

Foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados com três coordenadores e três professores dos cursos de Administração das IES de Mossoró/RN. Para esta pesquisa os coordenadores serão denominados de: Coordenador 1 para o coordenador da Universidade Federal, Coordenador 2 para o coordenador da Universidade Estadual e Coordenador 3 para o coordenador da Faculdade. Já os professores serão nomeados como: Professor 1 para o professor da Universidade Federal, Professor 2 para Universidade Estadual e Professor 3 para o da Faculdade. Para manter o anonimato, optou-se pelo uso do gênero masculino, independente do gênero do entrevistado. O critério de escolha desta nomenclatura é a ordem com que as entrevistas foram realizadas, sendo estas gravadas e transcritas mediante autorização dos entrevistados e após assinarem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Vale salientar que num primeiro momento, os coordenadores foram procurados para responder como representante e gestor do curso, que tem responsabilidade administrativa e, a princípio, poderia ter maior conhecimento geral do que acontece com o curso. Os professores entrevistados foram uma indicação do coordenador do curso. Lhe foi solicitado que indicasse professores que tivessem relação com a temática ambiental no curso. Alguns professores indicados não foram entrevistados por razões distintas: ser pesquisador deste projeto de pesquisa, não ter sido encontrado, não ter respondido às solicitações de entrevista. Por ser um estudo qualitativo, sabe-se que os resultados poderiam ser outros se os sujeitos indicados tivessem sido entrevistados.

Para a análise documental foram pesquisados os projetos pedagógicos dos cursos dessas Instituições, com o intuito de identificar referências às questões ambientais em tais documentos, bem como confirmar os dados levantados nas entrevistas. Para Martins e Théophilo (2009, p.55), a pesquisa documental é “característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. Durante a análise de documentos, foi preenchido um *check-list* elaborado previamente para identificar elementos

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, H. T. Contextos e desafios na produção de sentidos sobre sustentabilidade e ambientalização da educação superior. In: LEME, P. C. S.; PAVESI, A.; ALBA, D.; GONZALES, M. J. **Visões e experiências ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades**. São Paulo-Madrid: USP-UAM, 2012, p. 37-42.

relevantes ao estudo. Da Universidade Federal, foram analisados dois PPCs, o vigente a partir de 2009.2 e o a partir de 2015.1, e da Faculdade foi analisado o atual, vigente a partir de 2014. Entretanto, o PPC da Universidade Estadual, devido a sua não disponibilização, não foi analisado.

Enquanto para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo. De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 98), “é uma técnica de se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e direta”.

## **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

As entrevistas e as análises dos PPCs foram realizadas com o objetivo de analisar a Educação Ambiental (EA) em cursos presenciais de Administração em três cursos de Instituições de Ensino Superior (IES) de Mossoró/RN. Para tanto, foram entrevistados coordenadores e professores de tais instituições e através dos discursos dos entrevistados, foram analisadas algumas questões em particular que correspondam aos objetivos apresentados.

Quando perguntados se a questão ambiental é trabalhada de alguma forma no curso de Administração em que atuam, os três coordenadores entrevistados responderam que sim. O Coordenador 1 respondeu que o curso possui uma disciplina de caráter obrigatório, intitulada “Gestão Ambiental e Responsabilidade Social”, porém a temática acaba sendo trabalhada em outras disciplinas, como no caso de Marketing e Sociologia. O Coordenador 2 afirma que o curso passou a abordar tais questões em decorrência do estudo de passivos ambientais e clima organizacional. Contudo, o curso ainda não possui uma disciplina obrigatória que trate dessas questões, estando restrita a disciplinas optativas, como é o caso de “Administração Rural”, “Agronegócio” e “Contabilidade Ambiental”. A mesma situação foi mencionada pelo Coordenador 3, afirmando que no curso a oferta de disciplinas na área ambiental é inserida através de disciplinas optativas, como por exemplo, “agronegócio”, “gestão ambiental” e “tópicos especiais” que trata de gestão de qualidade na área ambiental.

Por esta razão, Campos e Shigunov Neto (2007) afirmam que, apesar de uma prática recente nos cursos de Administração, as questões ambientais vêm sendo desenvolvidas através de disciplinas relacionadas à gestão ambiental e correlatas a esta, tendo em vista que o futuro Administrador precisa ter uma bagagem teórica que lhe proporcione atender às exigências do mercado.

Ao questionar os coordenadores sobre a importância de contemplar a questão ambiental no Projeto Pedagógico do Curso, as respostas foram objetivas e muito próximas umas das outras, afirmando ser este o papel da interdisciplinaridade do curso da Administração, visto que o futuro profissional poderá atuar em muitas áreas, não sendo possível definir um único mercado de trabalho. Além disso, afirmaram que todas as discussões atuais envolvem a temática ambiental, conforme os discursos apresentados:

Tem a lei, né, que solicita isso, e aí toda graduação tem que ter, nem que seja transversalmente, pode ser que não seja uma disciplina, mas tem que tratar o assunto (COORDENADOR 1).

Interdisciplinaridade. A gente não tem como definir onde o nosso aluno vai trabalhar. Se ele sair e ele for trabalhar numa empresa de agronegócio tem questão ambiental. Se ele sair daqui e for trabalhar num hospital, tem questão ambiental. Se ele sair e for trabalhar numa indústria, tem questão ambiental, né? (COORDENADOR 2).

Eu vejo que é de suma importância até porque eu acho que tudo hoje passa pela questão ambiental. Se hoje, no ensino fundamental, eu tenho uma proposta focada no ambiental, seja de interdisciplinaridade ou não, eu não tenho como fugir no nível superior, tem que ter esse viés (COORDENADOR 3).

Sobre isso, Batista e Ramos (2011), afirmam que a incorporação da dimensão ambiental no âmbito da formação constitui-se, assim, em um dos principais desafios a serem enfrentados pelos educadores e pelas instituições de ensino. A partir de uma perspectiva humanizadora do processo educativo, entende-se que a presença do enfoque ambiental se faz necessária, constituindo-se em um desafio das instituições de ensino, compreendendo que a tarefa da educação é formar para uma atitude responsável e a partir de uma consciência e responsabilidade social.

Outro ponto de destaque é se os professores, a coordenação ou a Instituição estimulam práticas sustentáveis no curso, caso a resposta fosse afirmativa de que forma esse estímulo estava sendo realizado. Todos os coordenadores afirmaram que sim, que o curso de Administração nas Instituições que atuam estimula os discentes a realizar práticas sustentáveis, dentro e fora da sala de aula. A seguir, cada entrevistado apresenta alguns exemplos do que está sendo realizado no escopo das IES:

Existem práticas relacionadas à economia de energia em toda a Universidade, coleta seletiva e também o incentivo de professores a despertar nos alunos o interesse a essa temática na realização de estágios e TCCs (COORDENADOR 1).

Agora a gente fez o projeto de urbanização aqui do bloco. Então, a gente vai urbanizar e procurou qual seria a grama mais resistente. A gente foi lá em gestão ambiental imaginar quais as árvores mais interessantes, já que a gente não tem esse conhecimento, eu chamei um colega agrônomo que fez o sistema de reuso de água do bebedouro (que até então era jogada fora), ela agora vai servir para irrigar as plantas (COORDENADOR 2).

Temos iniciativas como, por exemplo, trocar as lâmpadas antigas que gastavam mais energia por outras mais sustentáveis e duráveis. E também, a economia de papel que utilizada para impressão ou como rascunho, além de imprimir somente o necessário, utilizar somente e-mails (COORDENADOR 3).

Em um estudo realizado por Mascarenhas e Silva (2013), foram identificadas práticas de sustentabilidade em cursos de Administração, porém os autores revelaram que essa formação sustentável acontece, ainda que minimamente. Para isso, recomendam que a postura não só dos coordenadores, mas também dos docentes e discentes do curso de Administração deve passar por melhoria e adaptações, para que de fato o ensino sustentável aconteça nos princípios da transversalidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Outro estudo semelhante foi realizado no estado do Rio Grande do Sul, por Ladeira, Santini e Araújo (2012) que pesquisaram a percepção dos alunos matriculados em cursos de Administração de quatro IES, sobre a existência de práticas sustentáveis nos cursos pesquisados. Os autores afirmam que no discurso dos alunos é possível verificar que tais práticas acontecem, porém de forma pontual. Ademais, os alunos asseguram que a deficiência encontra-se na ausência de comunicação que incentive a realização de práticas relacionadas à sustentabilidade, para isso, sugerem que as IES criem mecanismos e disseminação de conhecimento sobre o assunto. Nota-se que as realidades apresentadas pelos autores é semelhante ao pesquisado no município de Mossoró.

Segundo Gonzalez (2014), para que os conhecimentos escolares contribuam para a formação do cidadão e se incorporem como metodologias, como recursos aos quais os alunos recorram para resolver com êxito problemas diversos que se apresentem a eles nas mais distintas situações, e não somente num instante pontual dentro de uma sala de aula, a aprendizagem deve desenvolver-se num processo de negociação de significados ecológicos e práticas sustentáveis.

Seguindo as entrevistas, outro questionamento levantado é se as disciplinas do curso contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades pensando na questão ambiental, caso os coordenadores afirmassem que sim, de que forma acontecia. Na ocasião, os três coordenadores afirmaram que sim, percebiam melhoria por parte dos alunos no tocante a questão ambiental, visto que estavam envolvidos nas discussões e debates em sala de aula, além de estágios em empresas que atuam na área ambiental e consequentemente a participação em pesquisas com o mesmo viés, conforme apresenta o Coordenador 3:

Sim, alguns a gente percebe na aplicação de alguns casos quando do TCC, que tem os TCCs também em virtude de ter muita gente fazendo mestrado na área ambiental, alguns TCCs também são nessa área, e aí eles fazem intervenções nas empresas também, no estágio também alguns, aí vai muito do professor que está orientando aquele aluno ali, então a gente tem alguns casos nesse sentido (COORDENADOR 3).

. Desta forma, torna-se relevante a preparação de profissionais em Administração que estejam qualificados e que possam desenvolver nas organizações medidas que possibilitem a inserção de mecanismos de utilização racional e equilibrada dos recursos naturais, possibilitando assim a mitigação de possíveis impactos a fim de garantir a manutenção da qualidade ambiental (TEIXEIRA, 2006a; TEIXEIRA, 2006b).

Para acrescentar à discussão sobre as percepções da EA nos cursos estudados, foram entrevistados os docentes de áreas afins ao meio ambiente, estes indicados pelos coordenadores, levando em consideração o envolvimento dos docentes com a temática, seja ministrando disciplinas no curso ou desenvolvendo pesquisa.

A seguir, são discutidas as repostas de quando os professores foram questionados se trabalham com as questões ambientais em suas disciplinas. O Professor 1 disse que acredita que concepção de EA é uma temática que deva ser trabalhada de forma transversal e a partir disso trabalha em sua disciplina com a realidade ambiental local. Devido ser mestre em Desenvolvimento de Meio Ambiente com Estudos de Impacto Ambiental, destaca-se que o Professor 1 segue as recomendações para a inserção da questão ambiental por meio da recomendação da Lei 9795/99, conforme seu artigo 4º que diz que a EA deve ter seu enfoque humanista e holístico, suas concepções pedagógicas deva ser inter, multi e transdisciplinar, além de sua abordagem que deve ser tratada em níveis locais e regionais (BRASIL, 1999).

Da mesma forma, o Professor 2 acaba trabalhando em suas disciplinas com essa questão, por meio de discussões críticas construídas a partir de como é a gestão do meio ambiente e a relação com o administrador. Já o professor 3 afirma que tenta inserir em suas disciplinas a temática ambiental, pois a sustentabilidade é concebida em três pilares (econômico, social e ambiental).

Quando questionados em quais disciplinas tratavam sobre as questões ambientais, os entrevistados afirmaram que buscam englobar o tema em suas disciplinas, mesmo as que não são específicas nessa área. O Professor 1 ministra as disciplinas de Organizações, Sistemas e Métodos (OSM), como as optativas de Direito Ambiental e Administração e

Empreendedorismo. Nos PPCs, apenas a disciplina de Direito Ambiental relaciona-se diretamente com as questões ambientais.

No caso do Professor 2, como o tema é transversal sempre que possível ele insere em suas disciplinas, sendo que Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais e Fundamentos da Gestão Pública são regulares e obrigatórias e, periodicamente Administração Rural aparece como optativa. Devido a não disponibilização do PPC da instituição, não foi possível analisar as ementas dessas disciplinas. Já no semestre concluído antes da entrevista, o Professor 3 havia ministrado a disciplina de Administração e Empreendedorismo e sua disciplina regular, Administração da Produção. Através do PPC, foi observado que nenhuma das duas aborda as questões ambientais explicitamente.

É interessante que o desenvolvimento das disciplinas são vistas como essenciais para os profissionais, porém nota-se que nos casos estudados esses professores buscam transcender o eixo específico e o eixo estratégico, sendo este último o meio mais comum nos cursos de Administração como mostrado por Ladeira, Santini e Araújo (2012, p. 736):

Conceitos como marketing verde, ecoeficiência, green it, desenvolvimento sustentável, entre outros, a cada ano, vêm crescendo em importância nos estudos administrativos. Estes conceitos estão associados a disciplinas como marketing, produção, tecnologia da informação, planejamento estratégico e estão presentes no discurso de vários alunos do curso de administração. Atentas a esta realidade, várias Instituições de Ensino Superior (IES) estão investindo, estrategicamente, em práticas sustentáveis.

Ao analisar as práticas sobre as questões ambientais nessas disciplinas, os professores foram questionados sobre quais as dificuldades e os benefícios encontrados na inserção delas. Para o Professor 1 não há muita dificuldade, pois há uma disseminação da “consciência ambiental” (ele acredita na mudança das pessoas mais sensíveis e não na conscientização), e as dificuldades geralmente vem do fato das pessoas procurarem uma revolução sendo que a mudança deve ser própria de cada ser. E como benefícios, ele diz que os alunos trazem seus resultados, como o apresentado:

O benefício encontrado é a visão de mundo. Eu lembro de um caso desses, estudado há pouco tempo, há uns dois semestres que dei Direito Ambiental, uma pessoa morava aqui no bairro Belo Horizonte e a comunidade era bem próximo da Unidade de Pronto Atendimento (U.P.A.), que na época estava fechada. A comunidade estava se reunindo porque estava fechada, só que ele (era um aluno) trouxe umas imagens do entorno, eu disse “Olhe! Você está vendo porque está fechado? Com as condições que esse ambiente e encontra de entorno, não tem condições de funcionar”. Quer dizer, lixo a céu aberto, água empoçada a céu aberto, inúmeros vetores de doenças no local, e começamos a discutir. Ele sentou com o presidente da comunidade, mostrou que a comunidade precisava contribuir de alguma forma e deu certo. Só sei que deu certo. Claro que a força política entrou em campo, com a representatividade e tudo, mas a comunidade também se achou no espaço, então fiquei muito feliz com isso (PROFESSOR 1).

Mesmo o Professor 2 não tendo sido claro ao informar os benefícios, nota-se, ao decorrer do seu discurso, que a conscientização ocorre, não da forma como desejada, mas como dito por ele “uma coisinha” já ocorre, afinal os alunos mesmos estão receptivos a essas questões. Já como dificuldades, ele aborda, em sua fala, que são o tempo disponível e a abordagem que acaba se restringindo ao teórico, como pode-se observar a seguir:

A dificuldade é que nós ainda trabalhamos muito teórico. Eu acho que a gente tem muita dificuldade em apresentar isso em caso mais prático, em promover a realização, a aplicação do que a gente discute em sala de aula. Eu acho que os alunos

quando levantam essas questões, que a graduação está ficando cada vez mais teórica e poderia ser mais prática, eles têm toda razão. Então, se eu pudesse dizer qual a grande dificuldade é o tempo que os nossos alunos e que a gente tem para executar ações mais aplicadas, diretas, é muito reduzido. Como eu te falei, o projeto de extensão está lá acontecendo, a gente convida, mas nem todos tem tempo para ir. Então, o pouco espaço que a gente tem, ainda atinge poucos alunos. Esse é o grande desafio: como apresentar de forma mais aplicada, mais práticas essas questões que são importantes. E aí eu destaco que não dá para descontextualizar, estamos no Semiárido (PROFESSOR 2).

Percebe-se que o Professor 3 não constata dificuldades ao trabalhar esses temas, ao contrário, ele percebe que os alunos são receptivos a esse assunto. Ao levantar esses questionamentos, ele acredita que consegue provocar reflexão dos alunos para suas atitudes. Inclusive quando questionado se ele encontra dificuldades, respondeu:

Não, geralmente quando eu abordo o assunto eles gostam, falam. Mas eu não vejo uma preocupação, assim que eu possa dizer isso de alguma forma está influenciando, de alguma forma lá na frente “ah, PROFESSOR 3 falou isso”, quando vai jogar o lixo fora “ah, professora chata, aquela professora chata que fica falando do meu lixo” (risos). Eu não sei se de alguma forma consigo fazer que pelo menos ele reflita quando está jogando o lixo fora, eu gostaria muito que sim. Mas, eu sempre gosto de, mesmo que isso não tenha um efeito, porque assim eu não tenho como aferir, se tem ou não efeito na vida deles, mas eu gosto, eu falo, de qualquer forma eu sempre abordo isso (PROFESSOR 3 – alterado para manter anonimato).

Ladeira, Santini e Araújo (2012) dizem que o grande e, talvez, o principal desafio ao inserir a temática ambiental é o distanciamento do aluno com a realidade, pois ao tratar do assunto a educação apresenta problemas como distanciar atores importantes no contexto, realizar investimentos inadequados e ainda deixam de formar cidadãos para o mundo. No entanto, percebe-se pelas falas dos professores, que a integração de aluno e realidade é objetivo e método encontrado por eles para discutir meio ambiente e sociedade. Nota-se que apenas o discurso do Professor 2 se assemelha a essa dificuldade, não que esta dificuldade seja o único, porém a metodologia dos demais usa a teoria aliado ao prático como meio de inserção. Também percebe-se que o Professor 2 estabelece como dificuldade aquilo que Thomaz (2006) estabelece que é o compreender a EA, além da falta de capacitação do professor para articulação entre a teoria e a prática.

Ainda buscando entender o desenvolvimento da EA, os professores foram questionados se desenvolvem pesquisas articulando questões ambientais. O Professor 1 (2015) disse que desenvolve “um trabalho voltado para a fruticultura irrigada na região e trabalho com estudos de impacto ambiental”, porém não é trabalhado diretamente com o curso de Administração, mas com outros cursos da Universidade, como Agronomia e as engenharias, já que o curso é mais voltado para a gestão empresarial. Porém ele diz que orienta artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), estágios e outros trabalhos articulando as questões ambientais, mesmo que seu estereótipo formado no curso seja para área de OSM. No decorrer do discurso, vê-se que o Professor 2 orienta seus trabalhos e dentro deles inserem as questões ambientais, desde os TCCs até em atividades da sala. Já o Professor 3 disse que não trabalha com pesquisas nessa área, tem interesse, mas até o momento nenhum aluno havia lhe procurado com essa temática e na instituição trabalhou com essa área, porém foi no mestrado, com a disciplina de responsabilidade social. Além da formação de professores com competência e interesse nessa área do saber, para Ruscheinsky (2014, p. 120) “pesquisar e inovar destacam-se com o intuito de selecionar, propor e multiplicar o potencial de experiências existentes como respostas aos dilemas socioambientais”.

As afirmativas dos coordenadores e professores entrevistados demonstram estar em consonância com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), visto que o documento

estabelece o perfil do profissional em Administração como engajado, empreendedor, dinâmico e para tanto, aborda que este deve preocupar-se com o meio ambiente, que possua visão de futuro para gerir empresas que atenderão as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações. Contudo, os coordenadores mencionam através de seus discursos que apesar da inserção das questões ambientais nos cursos, afirmaram que se houvesse uma nova oportunidade de alteração do PPC atual em relação às questões ambientais, estes fariam, pensando em um ponto principal e carente aos três PPCs analisados, a legislação ambiental.

Vale ressaltar que, embora os coordenadores dos cursos pesquisados tenham salientado a interdisciplinaridade das questões ambientais, tanto na formação do profissional, quanto na estrutura curricular, às ações ainda são pontuais, mediante disciplinas específicas (obrigatórias ou optativas), diferente do que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (BRASIL, 2012), que pressupõe o meio ambiente como tema transversal, protagonizadas por docentes e discentes que tenham interesse pela temática e empenho em investiga-la melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo realizou um diagnóstico em três cursos de Administração de Instituições de Ensino Superior em Mossoró/RN, se e como trabalham as questões ambientais sob os discursos dos coordenadores e professores entrevistados, e do principal documento que rege o curso, o PPC. Apesar dos cursos pesquisados apresentarem a realização de práticas sustentáveis e o ensino da temática em algumas disciplinas, observou-se que as ações são pontuais e não desenvolvidas de forma transversal e cooperativa, o que poderia ser procedente do tipo de comprometimento dos atores envolvidos.

Parte-se do ponto de que a Educação Ambiental deve estar inserida em todos os âmbitos da sociedade, principalmente no ambiente das IES que tem como papel a formação de cidadãos e futuros profissionais, os quais devem estar preocupados com as questões ambientais e aptos a trabalhar em prol da sustentabilidade.

Acredita-se que ter investigado as questões ambientais junto aos coordenadores e professores pode ter suscitado mais discussões no escopo dos cursos, uma vez que esses sujeitos puderam refletir sobre as ações realizadas e possibilidades de melhoria.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ageu Cleon de. **Educação ambiental no ensino superior: Disciplinaridade em discussão**. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2008. 166 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESA, Rio de Janeiro, 2008.

BATISTA, M. S. S.; RAMOS, M. C. P. Desafios da Educação Ambiental no Ensino Superior: das Políticas às Práticas no Brasil e em Portugal. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0356.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2015.

BRASIL. **Lei 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 23/08/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental**, Resolução n. 2, de 15/06/2012, Brasília: MEC, 2012.

CAMPOS, L. M. S. De.; SHIGUNOV NETO, A. A Gestão Ambiental nos Cursos de Administração: discussões preliminares sobre sua importância. **RACE: Revista de Administração Cesus**, Florianópolis, n. 2, p. 9-24, jul./dez., 2007.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FILHO, V. B.; MELO, F. R. Educação Ambiental para a periferia. In: SEABRA, Giovanni (Org). **Educação Ambiental no Mundo Globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB (EdUFPB), 2011. cap. 5, p. 79-92.

GONZALEZ, C. E. F. Educação Ambiental no Ensino Superior – Contribuições da Aprendizagem Significativa. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**. V. 5, n. 3, 2014.

GRINGS, Venice Teresinha. **Educação Ambiental no Ensino Superior: Estudo de Caso no Curso de Agronomia**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 276 p. Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GUERRA, Antônio Fernando S.; FIGUEIREDO, Mara Lúcia. Caminhos e desafios para a ambientalização curricular nas universidades: panorama, reflexões e caminhos da tessitura do programa Univali Sustentável. In: RUSCHEINSKY, Aloísio; *et al* (Org.). **Ambientalização nas Instituições de Educação Superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/USP, 2014. p. 145-164.

LADEIRA, Wagner Junior; SANTINI, Fernando de Oliveira; ARAÚJO, Clécio Falcão. Práticas sustentáveis nas Instituições de Ensino Superior: uma proposta de taxonomia baseada na percepção ambiental dos alunos do curso de Administração. **Administração: Ensino & Pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 735-761, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/80>>. Acesso em: 8 set. 2015.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCARENHAS, M. P.; SILVA, W. A. C. Educação para Sustentabilidade: a formação da nova geração de administradores nas IES da RMBH. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, 2. São Paulo, 2013. **Anais...** São Paulo: SINGEP, 2013.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

REIGOTA, Marcos. *O que é: Educação ambiental*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, M. G. Educação Ambiental e Sustentabilidade em Países Emergentes. In: SEABRA, Giovanni (Org). **Educação Ambiental no Mundo Globalizado: uma ecologia de**

**riscos, desafios e resistência.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. cap. 6, p. 93-102.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Périplo pela incorporação da dimensão socioambiental: incertezas, desafios e tensões em trajetórias universitárias. In: RUSCHEINSKY, Aloísio; *et al* (Org.). **Ambientalização nas Instituições de Educação Superior no Brasil:** caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EESC/USP, 2014. p. 99-124.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Andrea da; HAETINGER, Claus. Educação Ambiental no ensino superior - O conhecimento a favor da qualidade de vida e da conscientização socioambiental. **Revista Contexto & Saúde.** Ijuí, v. 12, n. 23, p. 34-40, jul/dez 2012.

TEIXEIRA, A. C. E. A; TEIXEIRA, H. A De. O Ensino de Administração e a Educação Ambiental: algumas reflexões sobre os currículos e a importância da formação de agentes multiplicadores nas organizações. **Revista Gestão e Planejamento,** Salvador, n. 13, ano 7, p. 14-21, jan/jun 2006.

THOMAZ, Clécio Estevão. **Educação ambiental na formação inicial de professores.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

UNESCO. **A universidade na encruzilhada.** Seminário Universidade: por que e como reformar? Brasília: Unesco; MEC, 2003.